

Público

31-08-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Diversos

Dimensão: 330

Imagem: S/Cor

Página (s): 45

O espelho da incúria

São José Almeida
A semana política

O cinco bombeiros morreram até agora vítimas das chamas, ao exercerem a sua missão de combate aos fogos. As mortes destes bombeiros vieram mais uma vez chamar a atenção para o desleixo com que o Estado cumpre as suas funções de defesa da vida das pessoas, bem como de defesa do território nacional. As mortes vieram tornar gritante e espelhar o que é a negligência, a incúria com que o Estado português cuida do país que diz representar, das suas pessoas, dos seus bens.

É verdade que o Estado não pode fazer tudo. É verdade também que as pessoas têm de viver a sua cidadania activa, a sua vida em comunidade, têm de olhar pelo património que é seu, mas também pelo que é comum, têm de ter em atenção o bem comum e preservá-lo. Mas é importante não esquecer que muito do país está desertificado e que hoje em dia não só há vastíssimas zonas do território nacional que não têm pessoas a viver lá permanentemente como o abandono da agricultura e do mundo rural transformou profundamente mesmo o que é o aproveitamento das matas. Por isso, perante um país vazio, é mais importante ainda a presença do Estado, como entidade que coordena e defende o interesse nacional.

Quem vê os directos televisivos, as reportagens e os relatos noticiosos, apreende uma imagem da realidade dos fogos que é de descontrolo e de descoordenação. Os governantes e os responsáveis têm pecado pelo silêncio e quando falam dá a ideia de que o fazem em tom de autojustificação e de receio, que quase parece uma demissão de responsabilidades. Primeiro, não eram necessários meios de combate, depois mandam-se vir, dispensados por Espanha e França. Mas quem está atento ao assunto – e é difícil alguém que ande minimamente atento à realidade não ver o que se passa

–, retira do que vê, lê e ouve a conclusão de uma absurda falta de meios, bem como de uma desesperante falta de apoio no terreno. É dramática a percepção de que os bombeiros estão exauridos, exangues e que chegam a estar dias a combater as chamas sem terem sequer alimentos para comer.

Bem pode o primeiro-ministro surgir perante as câmaras e os microfones da comunicação social, com ar choroso e cabeça baixa, a garantir que não houve cortes de verbas para a prevenção e combate de incêndios e afirmar, como afirmou na terça-feira, depois de visita à Autoridade Nacional de Protecção Civil: “Apesar de sabermos que temos dificuldades financeiras, os meios que foram considerados adequados foram devidamente financiados. Portanto, não há aqui nenhum desinvestimento nessa área” (TVI24 27/8/2013). A realidade que é percebida pelos cidadãos é a de que está perante um drama sem solução e uma classe dirigente sem competência, interesse e capacidade de gestão que, de facto, olhe e agarre e dirija o país com planeamento, com organização, com racionalidade.

O Presidente da República, Cavaco Silva, colocou na sua página oficial na Internet um comunicado que transmite uma mensagem evidente: “Não é o primeiro ano em que há bombeiros tomados em serviço, prova do risco efectivo da missão que abraçaram. Mas não podemos deixar que as mortes de bombeiros em incêndios florestais se transformem numa realidade habitual” (PÚBLICO online 29/8/2013). É aquilo que se chama de uma “verdade de La Palisse”, mas não é por ser uma redundância e uma evidência que deixa de ser importante que seja dita, para mais por alguém que personifica o Estado português.

Até porque a questão não é de hoje. Este ano, a situação pode estar mais descontrolada e vivermos o drama de haver já cinco mortes. Contudo, por muito que seja a actual incúria, por muito que este ano a desorganização e a falta de meios sejam gritante, o problema é antigo, é estrutural.

E persiste a urgência de que haja uma inversão radical da forma como o Estado gasta meios a combater incêndios quando os pode prevenir.

Vejam os números. De acordo com os dados divulgados pela Protecção Civil e noticiados pelo PÚBLICO, este ano há 94 milhões de euros para fazer face aos incêndios florestais, sendo que, deste dinheiro, 79% são destinados ao combate e só 21% à prevenção. O ano passado não foi muito diferente, de acordo com os mesmos dados: houve 75 milhões (81%) de euros

“
As mortes vieram tornar gritante a negligência com que o Estado cuida do país



para o combate a incêndios e 18 milhões (19%) para a prevenção. E, destes 18 milhões de euros, 10,6 milhões de euros serviram para despesas com pagamento de trabalhadores e analistas. E só 3,8 milhões de euros destinados a infra-estruturas de defesa da floresta contra incêndios: pontos de água, rede viária florestal e faixas de gestão de combustível. Gastou-se 3,19 milhões com gabinetes florestais das autarquias, 400 mil euros em sensibilização (PÚBLICO 26/8/2013).

Os números falam por si. A negligência do Estado e o desamor com que cuidamos do país, que é de todos e de cada um, levam a uma situação em que corremos atrás do fogo, em vez de o prevenir. Uma incúria que leva ao desperdício de vidas.